
Dominique Schnapper, *Contra o fim do trabalho*. Coleção Repensar, nº 1, Lisboa: Terramar, 1998, 122 p.

A edição em livro da entrevista dada por Dominique Schnapper ao jornalista Philippe Petit surge em momento oportuno — o de um intenso debate sobre o futuro da sociedade salarial — e coloca-se claramente contra as visões radicais do *fim do trabalho*, associadas à revolução tecnológica.

Este debate de final de século fica marcado por um jogo de forças entre os que acreditam no fim do trabalho e os que reivindicam o direito ao ócio permanente e, também, pela confusão generalizada em que as teorias acerca do valor incontestável do trabalho, desde Marx a Robert Castel — se viram lançadas. Contra este estado de coisas, Dominique Schnapper estrutura as suas respostas claramente em torno de um argumento que considera central: é uma utopia pensar que o trabalho escasseia e que em breve ele chegará ao fim pela simples razão de que lhe é reconhecido, entre outros méritos, o de se apresentar na estrutura organizativa da sociedade como o elemento chave para a integração social. É, assim, em torno deste argumento que vai anunciando pistas para a reinterpretção e reafirmação do valor do trabalho quer para a sociedade, quer, em particular, para o indivíduo.

Embora a «conversa» incida em três grandes áreas — *Trabalho e Cidadania*, *Dignidade do Homem no Trabalho e Novos Valores a Partilhar* — Schnapper acaba por

abordar uma multiplicidade de questões que, *a priori*, não se imaginava ver tratadas, o que se deve sem dúvida à destreza de quem conduz o diálogo. Questões caras à Sociologia, desde o valor do trabalho nas sociedades modernas, às classes sociais, ao feminismo, à imigração, aos métodos de investigação sociológica, até ao «*projecto da construção europeia*» vão sendo pontuadas, ao longo do discurso, por incursões (ainda que breves) em áreas da Filosofia, da Política, da Economia, da História e da Psicologia. Neste sentido, tornam-se particularmente relevantes os comentários que ela tece à teorias de autores centrais para os temas que lhe são propostos, designadamente de Castel, Rosanvallon, Rifkin, Aznar, Lecourt e outros.

Retomando o seu argumento central, uma das razões que levam a autora a classificar a ideia do fim do trabalho de «absurda», «ingénu» e «perigosa» repousa no facto de as pessoas não terem ainda deixado de manifestar vontade em trabalhar. Hoje em dia, na maioria dos casos, pode-se trabalhar menos, mas isso não significa que o trabalho tenha deixado de ser uma norma — ele continua revestido do seu papel central para os que trabalham, mas sobretudo para os que se encontram privados de participar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a advertência de Dominique Schnapper é clara: «pode sonhar-se com outro mundo, mas não se deve negar a realidade daquele em que vivemos».

De acordo com a posição reivindicada pela autora, parece linear, ao longo de toda a entrevista, a relação indissociável que estabelece entre trabalho produtivo e cida-

dania. Sendo o trabalho encarado como a condição indispensável para que o indivíduo aceda à sua condição de cidadão activo, com todos os direitos e benefícios de que a própria cidadania se reveste, parece claro, a certa altura, que ele se apresente também como o antídoto contra o risco de exclusão.

A definição de trabalho que a autora apresenta traduz bem o valor social de que ele é portador: «modo de assegurar a vida material, de estruturar o tempo e o espaço, lugar de expressão da dignidade de cada um de nós e de intercâmbio social». E acrescenta: «é o tempo do trabalho profissional que dá sentido aos outros momentos da vida».

Registe-se que esta ideia de que só a participação na esfera do trabalho produtivo – ou, segundo os padrões normais, o emprego – pode garantir contra o risco de exclusão é passível de alguma contestação, não só porque a «qualidade» do emprego também importa para o estatuto de inclusão, mas também porque existem outras esferas de inclusão para além da do mercado de trabalho em que, não havendo participação, se pode igualmente gerar exclusão ou, pelo menos, marginalização social. Embora se considere a não participação no mercado de trabalho regular o grande factor que desencadeia situações de exclusão, tal não impede que um indivíduo que participe nessa esfera não possa, de igual modo, estar excluído, tudo depende do sub-sistema em que a exclusão ocorre. Por outro lado, merece registo a crescente participação na esfera do mercado de trabalho precário – que embora produtivo, não corresponde aos padrões de trabalho que a autora defende – e que pode ser encarada como uma forma de ultrapassar muitas situações de exclusão.

É certo que não se pode dizer que Dominique Schnapper descure, na sua análise, a importância do trabalho precário. Confrontada com o risco de atribuir exclusivamente ao trabalho a responsabilidade de

continuar a assegurar a função de integração social, num quadro de crescente instabilidade e precariedade laboral, a autora reconhece a necessidade de revalorizar o trabalho através de formas alternativas ao «emprego», de reconhecida utilidade social, as quais descreve com mais pormenor na parte final da entrevista.

Inevitavelmente, o papel do Estado-Providência é colocado no centro dos debates sobre o futuro do trabalho. A autora concorda com a opinião generalizada de que este passa por uma profunda crise financeira, que co-envolve uma crise do contrato social – ou seja, a crise financeira agrava a crise social. A situação actual, sendo expressão da crise da integração pelo emprego, põe em cheque a função de redistribuição do Estado-Providência, a qual é particularmente importante para combater as situações de exclusão. Neste contexto, o Estado deve-se esforçar cada vez mais por actuar no domínio da prevenção ao invés de se limitar a intervir na fase terminal dos processos de exclusão.

Embora os exemplos da autora se reportem à realidade social francesa, a leitura feita não perde o sentido à luz do que se passa em Portugal, apesar de todas as especificidades que têm vindo a ser imputadas ao Estado-Providência português.

O reconhecimento de que os problemas do desemprego escapam cada vez mais à acção dos Estados nacionais conduz inevitavelmente a uma abordagem do «projecto de construção europeu» e dos impasses da «Europa social». Aqui, Dominique Schnapper faz transparecer um grande cepticismo sobre esse projecto à medida que desenvolve os seus argumentos. Se a Europa, enquanto entidade política, constitui um projecto razoável e desejável, a supremacia de um poder supranacional levanta-lhe sérios problemas. O mérito do projecto europeu recaiu, sobretudo, no facto de ter permitido pôr termo às velhas guerras entre os Estados. A construção de uma Europa Social apresenta outras exigências, porém,

tanto mais difíceis de alcançar quanto os Estados-Providência tiveram processos históricos de construção muito diferentes. Esta atitude, um pouco radical, não deixa margem de manobra para o enquadramento de tentativas de actuação concertadas ao nível da pobreza, da exclusão e, sobretudo, ao nível do emprego, no âmbito de uma «Europa social», mesmo que embrionária e deficitária no contexto da sua própria definição.

A segunda parte do livro, sobre a «Dignidade do Homem no Trabalho», permite à autora reforçar alguns dos argumentos apresentados na primeira parte. Ela considera que o trabalho é, acima de tudo, fonte da dignidade pessoal, daí que o desemprego seja encarado como um «período de humilhação». O «desemprego total» traduz-se, segundo Schnapper, na humilhação do desempregado, no seu aborrecimento quotidiano, no enfraquecimento das relações sociais que conduzem, por vezes, à solidão absoluta. É frequente ao longo da entrevista a comparação do desempregado com o reformado, contrapondo ao desempregado o estatuto social superior e a dignidade que o reformado detém, a qual lhe é garantida por uma trajectória vinculada ao emprego.

Registe-se, a propósito, que esta leitura dos factos dificilmente pode ser aplicada a uma realidade como a portuguesa – por não ser este o caso da esmagadora maioria dos reformados portugueses. No mesmo sentido, a associação do desemprego à crise familiar não deixa de suscitar alguma reflexão sobre as particularidades da nossa própria realidade. Os estudos realizados pela autora permitem essa associação e, em última análise, o reconhecimento de que os processos de exclusão pelo desemprego culminam, frequentemente, na total solidão. Alguns estudos realizados entre nós, pelo contrário, mostram o papel amortecedor ainda efectivo das redes de solidariedade, não só as de âmbito familiar, mas mesmo outras redes sociais de âmbito mais alargado em situações de desemprego, o

que decerto resulta dos distintos graus de desenvolvimento e de modelos organizativos das duas sociedades europeias.

É particularmente rica a sua interpretação dos processos de exclusão/inclusão. Apesar de algumas das suas definições – como «desemprego total» – poderem conduzir a uma concepção da exclusão enquanto privação absoluta, a vários níveis, a autora deixa muito clara a ideia de que podemos viver em simultâneo processos de exclusão e inclusão na medida em que toda a organização social se estrutura em diferentes níveis que vão desde a família, à empresa e à nação, os quais mantêm entre si relações de tipo dialéctico que implicam a possibilidade de existir inclusão a uns níveis e exclusão a outros.

O impacto das mudanças que estão a ocorrer à escala global no mundo do trabalho e da integração é ainda analisado pela autora, designadamente a marginalização do mercado de trabalho de toda uma «geração sacrificada». Relacionada com os processos de globalização e as recentes transformações tecnológicas, a questão da capacidade de as sociedades resistirem a estas mudanças é resolvida através da sua percepção de que se irá assistir a uma revalorização do trabalho mediante o desenvolvimento de um sector que ficou incólume à revolução tecnológica e onde o indivíduo pode reencontrar a sua utilidade social – o «*sector dos serviços pessoais*», também designado, por outros autores, como o terceiro sector ou a economia solidária.

Em suma, o argumento de Dominique Schnapper é de que não se está a caminhar para o fim do trabalho, mas para uma mudança das formas dominantes do trabalho e da própria estrutura dos empregos. No entanto, reconhece que o bom desempenho do sector dos serviços pessoais exige não só o reconhecimento, generalizado, de que esse tipo de trabalho confere a dignidade a que os indivíduos aspiram, como uma aceitação, por parte de todo o sector de produção mercantil, do financia-

mento desses novos postos de trabalho (ou «actividades»), em termos que não correspondam a uma «ajuda» mas a uma «troca justa». A autora faz ainda um último apelo à sociedade para a necessária interiorização do reconhecimento da utilidade social daqueles que não trabalham no sector mercantil, «profissionalizando» essas actividades, para garantir, deste modo, o reconhecimento social que só se adquire trabalhando.

De leitura acessível, abrangente nas temáticas focadas, o livro de Dominique Schnapper constitui uma fácil e rápida introdução ao pensamento da autora que, recorda-se, toma geralmente como o ponto de partida das suas análises os indivíduos e as suas emoções, ou seja, aborda os problemas como se ela própria os vivesse. Ao proporcionar uma radiografia da actual situação social francesa, a leitura desta obra possibilita ainda um contraponto estimulante com a sociedade portuguesa. ■

Ana Raquel Matos

Gilberto Dupas, *Economia Global e Exclusão. Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*, São Paulo: Editora Paz e Terra AS, 1999, 219p.

(...) mas como a nossa terra é rodeada de rochedos inabordáveis e fundos precipícios, temos conseguido permanecer ao abrigo da rapacidade das nações europeias, que desejam com furor inconcebível as pedras e as escórias da nossa terra, e que, para as possuírem, matariam até ao último de nós (Cândido, Voltaire).

1. Este trabalho pretende apreender as consequências, em diferentes níveis, do fenómeno a que se convencionou chamar

«globalização», em especial nos campos do mercado de trabalho, das estruturas produtivas, do espaço (em especial nos países em vias de desenvolvimento) e das funções do Estado.

O entendimento do autor sobre o fenómeno da globalização vai no sentido de o caracterizar por um duplo traço – «enorme integração dos mercados financeiros mundiais» e «crescimento singular do comércio internacional» (p.14) – e pela presença marcante das «empresas transnacionais».

O que, na verdade, é novo nos dias de hoje, quando comparamos a nossa época com outros momentos da História da Humanidade, é o facto de as novas tecnologias de comunicação e informação permitirem uma tremenda velocidade na transmissão de dados que leva a «que a dimensão espacial – geográfica (distâncias e localização) perca parte de sua importância» (p.16), ou seja, tudo (aparentemente) está disponível em qualquer local do globo, durante 24 h, e à velocidade da luz.

Esta «aceleração da história» permitiu a) que nas funções do Estado não se incluam agora as de «guardião das garantias sociais» (p.16) e seja posto em causa o conceito de «Estado – nação»; b) que se crie uma tremenda desigualdade entre nações (e grupos de nações); c) que as empresas transnacionais seccionem as suas cadeias produtivas e localizem segmentos das suas produções em qualquer local do mundo (onde lhes seja mais lucrativo¹) podendo, no limite, encarregar-se apenas do «desenho» dos produtos, da organização da produção e da comercialização dos mesmos; d) que o mercado de trabalho sofra profundas modificações: da estabilidade no vínculo da relação laboral, da protecção dos direitos sociais dos trabalhadores, passa-se para uma situação de desregulamentação e de informalidade no mercado de trabalho, ou, como afirma Dupas, «Desregulação e liberalização são requerimentos necessários ao capitalismo global, mas os governos acabam tendo de contrabalançar seus efeitos nega-